

GT- Governança – PDUI SP

Data: 03 de Agosto de 2016

Ver lista de Presença

Pauta: Continuação das discussões sobre os modelos apresentados pela PMSP e Consórcio do Grande ABC

Discussões:

Fernanda Costa (Emplasa) abriu a reunião informando sobre a ausência de Fernando Chucre (Emplasa) e Carolina (PMSP) e que a coordenação será de Marcelo (Itapeverica da Serra) e Hamilton (Consórcio do Grande ABC). A pauta proposta é a continuidade das discussões relativas às questões da estrutura executiva e finanças.

Foi esclarecido sobre o envio das planilhas e da metodologia a ser utilizada para análise.

Joaquim, da PMSP, pediu que a questão das planilhas e da discussão sobre as mesmas seja ponto de pauta. Acha que o GT de Governança não tem condições de definir coisas que são importantes e devem ser repassada aos setoriais.

Marcelo esclareceu o objetivo da planilha que é o de mapear a institucionalidade existente e Hamilton reforçou os argumentos e informou que os dados ainda estão em fase de coleta. As planilhas foram enviadas para conhecimento de todos e aguarda-se até o dia 5 de Agosto p.f. a devolução com o preenchimento de dados.

Nathalie (Emplasa) fala que esse grupo de governança está empoderado e tem condições de fazer análises, é um fórum legítimo, que acumula experiências. As planilhas já foram encaminhadas aos coordenadores dos grupos que vão ajudar nesse preenchimento.

Joaquim diz que devem ser convocadas as pessoas certas. Os GTs devem ser chamados para discutir a governança metropolitana e os instrumentos.

Hamilton diz que se foi para os coordenadores dos GTs, ótimo, mas devem ir para os GTs no segundo momento. Quem vai cuidar do PDUI depois de aprovado? Essa é a discussão, que estrutura vai cuidar disso? Não adianta chamar os setoriais para discutir isso neste momento. Se conseguimos garantir a forma como um novo modelo de governança se dá, vai ser bom.

Plínio, de Guarulhos, fala das planilhas. Acha que o levantamento sobre os arranjos institucionais envolvendo as FPICS é importante e é preciso fazer. Este grupo tem uma característica de natureza é um pouco diferente. Não podemos perder o foco dos objetivos estratégicos, caso contrário, ele vira um grupo burocrático e precisamos entender isso. Há o núcleo duro do grupo e os convidados. As planilhas são importantes porque temos que ter um diagnóstico situacional, o "estado da arte". Não podemos perder a dimensão e nesse momento que é caro e nobre, não dá para ficarmos olhando planilhas. Há questões estratégicas nessa planilha e precisamos qualificá-las. Ela precisa ser útil para algo. Há

instituições, a partir de diversos níveis de governança, que são estratégicas, que dialogam com os municípios.

Marcelo diz que esses dados não são meramente estatísticos. Eles mostram, se pegarmos os pontos nevrálgicos, questões estratégicas de governança.

Guilherme (PMSP) pede para amarrar as questões tratadas até o momento. Informa que foram definidas as colunas mais importantes e foi enviado dessa forma aos participantes do GT. Joaquim ainda faz uma observação que concorda com a fala de Hamilton: redefinir a estrutura de governança metropolitana com referencia na lei estabelecida. Como dar conta das demandas do PDUI. No dia 5 deveria estar bem consolidada essa planilha e como tarefa aos atores setoriais para se fazer o ajuste fino. Guilherme comenta que está assim encaminhado.

Quanto ao material de novos modelos de governança e sistematização das propostas, lembrou-se que foi solicitado seu encaminhamento. Isso já aconteceu. Alguém avaliou o material recebido?

Joaquim fala que para se ter pleno entendimento, é preciso que se tenha explicitadas as competências de cada uma dessas "bolinhas" no *power point* apresentado. Hamilton acha que devemos usar a versão misturada das propostas da PMSP e do Consórcio do Grande ABC. Dessa forma fica mais impessoal e é resultado da discussão do GT. Nessa proposta única podemos qualificar e dar atribuições genéricas. Este GT é o espaço ideal para se discutir isso.

A proporcionalidade na participação é a mesma do PDUI. Marcelo pergunta sobre o Comitê Executivo. Nathalie comenta que esse perfil será mais claro depois de sabermos as competências.

Hamilton explica as "bolinhas" para discussão das competências. O Conselho maior tem um caráter consultivo. Seu papel, com a presença da sociedade civil, teria uma frequência de 2 vezes por ano, para discutir grandes temas e também as revisões do PDUI. O Conselho participativo está relacionado ao Conselho de Desenvolvimento composto pelos Prefeitos. Esse processo vai ser construído. Haverá prestação de contas ao Conselho Consultivo e debate de novas questões estratégicas. Nesse Conselho, haverão 146 pessoas. O sistema francês, que cuida dos recursos hídricos, é assim e não funciona, lembrou Neusa (SMA). Já a prestação de contas pode ser algo parecido com o modelo de Montreal. Um evento aberto pode garantir maior transparência, diz Nathalie.

Hamilton diz que deve haver articulação, pois as ações e recursos devem ser atreladas aos PPAs do Estado, por exemplo. Joaquim discorda, pois o PDUI vai demandar itens orçamentários que devem estar contidos no PPA do Estado e dos Municípios.

Recapitulando as discussões: O Conselho da Instancia Consultiva Colegiada tem como atribuição:

- Debater questões novas e estratégicas referentes à RM
- Recebe a prestação de contas da execução do PDUI
- Acompanhar a execução do PDUI

- Participar das discussões sobre as revisões do PDUI

CDRMSP – Instancia Deliberativa Executiva cumpre o papel (estratégico) de:

- Deliberação e decisão da gestão metropolitana
- Programas, Projetos e serviços do PDUI serão compartilhados nos PPAS de cada município e do GESP
- Responsável pela revisão do PDUI
- Responsável pela aprovação da Governança setorial das várias FPICs
- Espaço de pactuação de compensações financeiras e tributárias e mecanismos de extra-fiscalidade com objetivo de implantação da política metropolitana
- Deliberar sobre as aplicações dos recursos do Fundo

Joaquim propõe que incorpore alterações tributárias. Hamilton acha que isto é inerente, o Conselho pode propor o que lhe aprovar. Não se deve dar destaques a coisas específicas. Joaquim pontua algumas questões que ele acha importantes, por exemplo, compensação financeira por compensações a alguns municípios. Ângela (CDHU) propõe que se faça um fluxograma, pois facilitaria a compreensão.

Foi verificado que deve ser compatibilizado com a Lei 1139/2011.

Joaquim pergunta como tratar o poder concedente. Fica no âmbito dos municípios? No caso de transportes, por exemplo. Como fica a questão da autoridade metropolitana?

Plínio fala sobre o custeio dessa estrutura, devemos entender que ela pode ser maleável. Construir um sistema de informação é algo determinado pelo próprio Estatuto da Metrôpole. Pode ser um braço da Emplasa, por exemplo. Ela tem capacitação para isso.

Comitê Executivo – Instância Executiva (tática)

- Responsável pela execução das decisões do CDRMSP, onde couber e do PDUI
- Responsável pela execução e implantação do PDUI
- Supervisiona a estrutura de governança do PDUI
- Articulação intersetorial com vistas a implantação de programas e projetos do PDUI com vistas a execução das políticas metropolitanas
- Coordenação da revisão do PDUI
- Define os instrumentos para a implementação do PDUI

Sistema de Informações Municipais e Metropolitanas pode responder ao Comitê Executivo

O Sistema de Informações Municipais e Metropolitanas é um órgão de estudo e diagnóstico. Pode propor indicadores de resultados para avaliação das políticas públicas e de assessoramento dos entes federativos.

Operacional – Organização Pública com Funções Técnicas

- Execução e operação dos programas
- Executar o PDUI

- Pode demandar o Sistema de Informações
- Articular as entidades e os setoriais relacionados às FPICs assim como seus projetos, programas e serviços
- Fiscalizar planos e programas
- Elaboração de estudos técnicos e diagnósticos

Plínio comenta sobre o seminário do IBDU, em São Bernardo ocorrido no dia anterior.

Sistema Integrado de Alocação de Recursos e de Prestação de Contas

- Vinculado ao Comitê Executivo
- Receber recursos para execução do PDUI de acordo com os respectivos PPAs Municipais e Estadual.
- Fiscalizar a aplicação dos recursos
- Complementar à Lei 1139/2011

Encaminhamentos:

Levar para seu coletivo e discutir a composição das "bolinhas".

No dia 10, batemos o martelo sobre essas questões para apresentar à Comissão Técnica. Quanto às planilhas, podemos apresentá-las. Podemos consolidar a proposta no slide, sugestão de composição da representação e os resultados da tabela. Encaminhar tudo para a CT.

Informe sobre as oficinas na CT